



QUEIMADOS-RJ

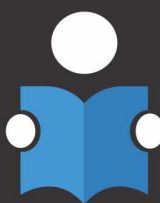
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS - RIO DE JANEIRO

ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua portuguesa
- ▶ Legislação Municipal
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL DE ABERTURA 01/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



QUEIMADOS - RJ

Assistente Social



SL-072ST-26
7901183008162

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto	7
2. Vocabulário: sentido denotativo e conotativo, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia e polissemia	10
3. Ortografia: emprego das letras, das palavras e da acentuação gráfica	13
4. Pontuação: emprego de todos os sinais de pontuação	19
5. Classes de palavras: Pronomes - classificação, emprego e colocação pronominal (próclise, ênclise e mesóclise); Verbos - emprego dos modos e tempos, flexões dos verbos irregulares, abundantes e defectivos e vozes verbais; Preposições - relações semânticas estabelecidas pelas preposições e locuções prepositivas; Conjunções - classificação, relações estabelecidas por conjunções, locuções conjuntivas; Substantivos - classificação e flexões; Adjetivos - classificação e flexões	25
6. Termos da oração: identificação e classificação. Processos sintáticos de coordenação e subordinação. Classificação dos períodos e orações	37
7. Concordância nominal e verbal	41
8. Regência nominal e verbal	44
9. Emprego do acento indicativo de crase	48

Legislação Municipal

1. Lei Orgânica do Município de Queimados/RJ	61
2. Lei Municipal nº 1.060, de 22 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Queimados, das suas autarquias e fundações públicas	91

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social: Origem e evolução do Serviço Social; Correntes teórico-metodológicas; Serviço Social na contemporaneidade; Questão social e suas expressões; Projeto ético-político do Serviço Social	115
2. Instrumentalidade do Serviço Social: Instrumentos e técnicas de intervenção; Entrevista, visita domiciliar, estudo social e relatório social; Elaboração de parecer social; Planejamento, execução e avaliação de ações sociais	118
3. Políticas Públicas e Seguridade Social: Conceito e evolução das políticas públicas; Sistema de Seguridade Social	123
4. Sistema Único de Saúde (SUS)	133
5. Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	134
6. Políticas públicas setoriais	137
7. Legislação Social: Constituição Federal de 1988	139
8. Lei nº 8.742/1993 (LOAS)	140
9. Lei nº 8.069/1990 (ECA)	151
10. Lei nº 10.741/2003	192
11. Lei nº 11.340/2006	203
12. Regulamentação Profissional: Lei nº 8.662/1993; Atribuições privativas do Assistente Social; Competências profissionais; Exercício profissional	211
13. Normativas e Diretrizes do CFESS: Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social	213

ÍNDICE

14. Política de Assistência Social: Política Nacional de Assistência Social (PNAS); Princípios, diretrizes e organização da Assistência Social; Proteção social básica e especial; Vigilância socioassistencial	217
15. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Serviços da proteção social básica; Serviços da proteção social especial; Organização da rede socioassistencial	220
16. Trabalho do Assistente Social nas Políticas Setoriais: Atuação na saúde; Atuação na assistência social; Atuação na educação; Atuação em organizações públicas e privadas; Trabalho com famílias, grupos e comunidades	225
17. Planejamento e Gestão em Serviço Social: Planejamento social; Elaboração e gestão de projetos; Monitoramento e avaliação; Indicadores sociais	227
18. Pesquisa em Serviço Social: Métodos e técnicas de pesquisa social; Diagnóstico social; Coleta e análise de dados; Estudos sociais	231
19. Questões Sociais Contemporâneas: Desigualdade social	233
20. Vulnerabilidade social	238
21. Violência e exclusão	241
22. Lei nº 13.146/2015: Políticas de inclusão	243
23. Trabalho Interdisciplinar e Intersetorial: Atuação em equipe multiprofissional	261
24. Articulação entre políticas públicas	263
25. Rede de proteção social	267
26. Ética Profissional: Código de Ética do Assistente Social; Sigilo profissional; Direitos e deveres; Responsabilidade profissional; ; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Parâmetros de atuação profissional; Normas técnicas do exercício profissional	271

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS/RJ

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE QUEIMADOS PREÂMBULO

Nós, representantes do povo queimadense, constituídos em Poder Legislativo Organizante, reunidos na Câmara Municipal de Queimados, no pleno exercício das atribuições conferidas pelo Art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil (1) e pelo Art. 342 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (2), sob a proteção de Deus, votamos, aprovamos e promulgamos a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - O Município de Queimados, parte integrante da união indissolúvel da República Federativa do Brasil, tem como fundamentos:

- I.a autonomia;
- II.a cidadania;
- III.a dignidade da pessoa humana;
- IV.os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V.o pluralismo político.

Parágrafo único - Todo o poder emana do povo, que o exerce, indiretamente, por meio de representantes eleitos, e, diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

Art. 2º - A soberania popular será exercida nos termos da Lei:

- I.pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos;
- II.pelo plebiscito;
- III.pelo referendo;
- IV.pela iniciativa popular no processo legislativo;
- V.pela participação nas decisões do Município;
- VI.pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais dos cidadãos deste Município e de seus representantes:

- I.construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II.garantir o desenvolvimento local;
- III.contribuir para o desenvolvimento regional e nacional;
- IV.erradicar a pobreza e a marginalização;
- V.reduzir as desigualdades sociais;

(Supressão feita pela Emenda 08/03, de 27 de novembro de 2003.)

VI.promover o bem de todos, zelando pela ausência de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, religião e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º - Os direitos e deveres individuais e coletivos, na forma prevista na Constituição Federal, integram esta Lei Orgânica (Anexo I) e devem ser afixados em todas as repartições públicas do Município, nas escolas, nos hospitais, ou em qualquer local de acesso público, para que todos possam, permanentemente, tomar ciência, exigir o seu cumprimento por parte das autoridades e cumprir, por sua parte, o que cabe a cada cidadão habitante deste Município ou em que em seu território transite.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 5º - O Município de Queimados, com sede na cidade que lhe dá o nome, tem personalidade jurídica de direito público interno e é dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, nos termos das Constituições Federal e Estadual.

Art. 6º - São Poderes de Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 7º - As designações do Município, do Poder Executivo e do Poder Legislativo serão, respectivamente, as de Município de Queimados, Prefeitura Municipal de Queimados e Câmara Municipal de Queimados.

Art. 8º - São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, cabendo à Lei regulamentar os seus usos.

Art. 9º - O aniversário do Município é celebrado à 21 de dezembro, dia de sua criação.

Art. 10 - São bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações, que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 11 - O Território do Município não poderá ser dividido em Distritos.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 12 - Compete ao Município:

- I.legislar sobre assuntos de interesse local;
- II.instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- III.planejar, fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- IV.dispor sobre:

- a) plano plurianual de governo, plano diretor e planos locais e setoriais de desenvolvimento municipal;
- b) lei de diretrizes orçamentárias, orçamento anual, plano plurianual de investimentos, operações de crédito e dívida pública municipal;
- c) organização, administração e execução de serviços públicos municipais;
- d) instituição do quadro, planos de carreira e regime jurídico único dos Servidores Públicos Municipais;
- e) administração, utilização e alienação dos bens públicos municipais;
- f) concessão de isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas e créditos tributários;
- g) concessão de incentivos às atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, agropecuárias, artesanais, culturais, artísticas, de pesquisa científica e atividades congêneres;
- h) uso, parcelamento e ocupação do solo em território municipal, especialmente o de sua zona urbana;
- i) normas de edificação, de loteamento, de arruamento, de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do território municipal, observadas as diretrizes da legislação federal, garantida a reserva de áreas destinadas a zonas verdes, zonas de produção agropecuária e logradouros públicos;
- j) registro, guarda, captura e vacinação de animais, com a finalidade precípua de controlar e erradicar moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;
- k) depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão à Legislação Municipal;
- l) criação e comercialização de animais em ambientes domiciliares;
- m) utilização dos bens públicos de uso comum.

V. organizar e prestar, diretamente, ou sob o regime de concessão ou permissão os serviços públicos locais, entre outros, o de transporte coletivo;

VI. regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso:

- a) os serviços de carros de aluguel;
- b) os serviços funerários e os cemitérios;
- c) os serviços de iluminação pública;
- d) os serviços de mercados, feiras e matadouros públicos;
- e) os serviços de limpeza pública, coleta domiciliar, remoção de resíduos sólidos e destinação final do lixo;
- f) os serviços de construção e conservação de estradas, ruas, vias e caminhos municipais;
- g) os serviços de transporte escolar por meio de qualquer veículo;
- h) a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao Poder de Polícia Municipal.

VII. estabelecer, fixar e sinalizar:

- a) as vias urbanas e as estradas municipais;

- b) as zonas de silêncio, de trânsito e tráfego em condições especiais;
- c) os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;
- d) os locais de estacionamento público de taxi e demais veículos;
- e) os locais de carga e descarga de mercadorias, fixando a tonelagem máxima dos veículos que circulam nas vias municipais.

VIII. ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços, comércio eventual ou ambulante e outros, observada a Legislação pertinente;

IX. organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do Poder de Polícia Municipal;

X. conceder e cancelar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços, de comércio eventual ou ambulante e outros, bem como a licença para a realização de jogos, espetáculos, atividades culturais, e divertimentos públicos, observada a legislação pertinente;

(Redação dada pela Emenda nº 17/03, de 26 de novembro de 2003.)

XI. determinar, no exercício do Poder de Polícia Municipal, a lavratura de multas e o fechamento temporário ou definitivo, com a suspensão ou cancelamento da licença, do estabelecimento que descumprir a legislação vigente, prejudicando a saúde, a higiene, a segurança, o sossego público e os bons costumes;

XII. fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XIII. manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado:

- a) programas de educação pré-escolar, ensino fundamental e ensino profissionalizante;
- b) programas de alimentação ao educando;
- c) programas de apoio às práticas desportivas, recreativas e culturais;
- d) programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação, saneamento básico, regularização, canalização e drenagem de águas pluviais, pavimentação, construção, ampliação, conservação e reforma dos prédios públicos municipais;
- e) serviços de atendimento à saúde da população;
- f) programas de proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Paisagístico local.

XIV. estimular a participação popular na formulação de políticas públicas e na ação governamental, estabelecendo programas de incentivo e projetos de organização comunitária nos campos social e econômico, bem como cooperativas e mutirões;

(Supressão feita pela Emenda nº 19/03, de 15 de outubro de 2003.)

XV. integrar e participar de entidades que congreguem outros Municípios para a solução de problemas comuns;

XVI. realizar atividades de defesa civil e prevenção de acidentes naturais;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL: ORIGEM E EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL; CORRENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS; SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE; QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES; PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

► A questão social e a origem da profissão

Capitalismo, desigualdade e intervenção social

O Serviço Social deve ser compreendido como uma profissão historicamente determinada. Seu surgimento não decorreu apenas da evolução da caridade ou da intenção individual de ajudar pessoas em situação de pobreza. A profissão se constituiu no contexto de consolidação da sociedade capitalista, especialmente quando a industrialização, a urbanização e a expansão do trabalho assalariado intensificaram conflitos e desigualdades.

A produção capitalista é organizada pela apropriação privada dos meios de produção e pela compra da força de trabalho. Embora a produção da riqueza seja coletiva, sua apropriação é desigual. Dessa contradição emergem manifestações como pobreza, desemprego, precarização laboral, ausência de moradia, insegurança alimentar, violência e dificuldade de acesso a serviços públicos. O conjunto dessas manifestações, relacionado aos conflitos entre capital e trabalho, é denominado questão social.

À medida que os conflitos sociais se ampliaram, a questão social deixou de ser tratada exclusivamente como problema moral ou responsabilidade individual. O Estado, as empresas, as instituições religiosas e as organizações assistenciais passaram a desenvolver ações sistemáticas voltadas à população trabalhadora. Nesse contexto, foram criadas políticas, serviços e instituições que necessitavam de trabalhadores especializados, favorecendo a profissionalização do Serviço Social.

► Institucionalização e assalariamento

Inserção na divisão social e técnica do trabalho

O assistente social passou a atuar em instituições responsáveis pela execução de políticas sociais, benefícios, programas assistenciais e ações educativas. A profissão integrou-se à divisão social e técnica do trabalho, isto é, ao conjunto de especializações necessárias ao funcionamento da sociedade capitalista.

Por ser um trabalhador assalariado, o assistente social vende sua força de trabalho a instituições públicas ou privadas. Seu exercício profissional é condicionado por contratos, normas, recursos, objetivos institucionais e relações hierárquicas. Entretanto, o profissional não atua como mero executor administrativo. Sua formação, sua regulamentação e seus princípios éticos sustentam uma autonomia relativa para analisar demandas e construir respostas profissionais.

► Matrizes teóricas tradicionais

Conservadorismo e ajustamento social

As primeiras formulações do Serviço Social receberam forte influência do pensamento católico, especialmente do neotomismo e do humanismo cristão. A sociedade era frequentemente interpretada como um conjunto harmônico, no qual os problemas resultariam de desvios morais, desajustes individuais ou enfraquecimento dos vínculos familiares.

Posteriormente, a influência norte-americana fortaleceu abordagens positivistas, funcionalistas e tecnicistas. Os métodos de caso, grupo e comunidade buscavam diagnosticar problemas e promover a adaptação das pessoas ao ambiente social. Embora tenham contribuído para a sistematização de procedimentos, essas abordagens geralmente não questionavam as estruturas responsáveis pela desigualdade.

As principais formas tradicionais de intervenção podem ser diferenciadas da seguinte maneira:

Abordagem	Unidade de intervenção	Finalidade predominante
Serviço Social de caso	Indivíduo e família	Diagnóstico e ajustamento social
Serviço Social de grupo	Pequenos grupos	Socialização e mudança de comportamentos
Desenvolvimento de comunidade	Comunidades e territórios	Integração e mobilização para o desenvolvimento

► Dimensões do exercício profissional

Unidade entre conhecimento, ética e intervenção

O trabalho profissional contemporâneo articula três dimensões indissociáveis. A dimensão teórico-metodológica permite interpretar criticamente a realidade. A dimensão ético-política

orienta os valores, as finalidades e os compromissos assumidos. A dimensão técnico-operativa reúne instrumentos e procedimentos utilizados na intervenção.

Não existe instrumento neutro. Uma entrevista, uma visita domiciliar ou um relatório adquirem sentido conforme a concepção de sociedade, os objetivos e os valores que orientam seu uso. Por isso, a competência profissional não se limita ao domínio de técnicas, mas exige capacidade de investigar a realidade, interpretar suas contradições e formular respostas fundamentadas.

INSTITUCIONALIZAÇÃO E MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

► Consolidação do Serviço Social brasileiro

Formação profissional e expansão institucional

A institucionalização do Serviço Social no Brasil ocorreu principalmente a partir da década de 1930, em um contexto de industrialização, crescimento urbano, organização dos trabalhadores e ampliação da intervenção estatal. O governo passou a regulamentar relações trabalhistas e a criar instituições previdenciárias, assistenciais e educacionais.

As primeiras escolas de Serviço Social foram fortemente influenciadas pela Igreja Católica. A formação enfatizava valores cristãos, disciplina moral, defesa da família e harmonização das relações sociais. O trabalho profissional era dirigido principalmente às famílias trabalhadoras, às crianças, aos indivíduos considerados desajustados e às comunidades pobres.

Nas décadas seguintes, o mercado de trabalho ampliou-se em hospitais, instituições previdenciárias, empresas, órgãos públicos e organizações assistenciais. A profissão desenvolveu procedimentos próprios, consolidou sua formação acadêmica e conquistou reconhecimento institucional.

► Modernização conservadora

Desenvolvimentismo e racionalização técnica

A partir das décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento econômico passou a ser apresentado como solução para a pobreza latino-americana. O Serviço Social incorporou técnicas de planejamento, administração, pesquisa social e desenvolvimento de comunidade. Buscava-se tornar a atuação mais racional, eficiente e compatível com instituições modernizadas.

Essa modernização, porém, não significou necessariamente uma ruptura com o conservadorismo. Em muitos casos, os problemas sociais continuaram sendo tratados como obstáculos à integração e ao desenvolvimento, sem questionamento das relações de exploração, dependência econômica e concentração de riqueza.

► Movimento de Reconceituação

Crítica ao Serviço Social tradicional

O Movimento de Reconceituação surgiu na América Latina durante a década de 1960. Tratou-se de um processo heterogêneo, composto por profissionais, estudantes e intelectuais que questionavam a importação de teorias estrangeiras e a insuficiência dos métodos tradicionais diante das desigualdades latino-americanas.

O movimento buscou relacionar a profissão com a dependência econômica, o imperialismo, a exploração do trabalho e as lutas sociais. Também promoveu aproximações com diferentes correntes críticas, incluindo perspectivas desenvolvimentistas, estruturalistas, cristãs progressistas e marxistas.

No Brasil, a renovação profissional ocorreu sob as condições repressivas da ditadura. Esse processo apresentou direções distintas, que podem ser compreendidas pela seguinte síntese:

Direção de renovação	Característica central
Perspectiva modernizadora	Atualização técnica para atender às exigências institucionais
Reatualização do conservadorismo	Recuperação de valores tradicionais com nova fundamentação
Intenção de ruptura	Crítica ao conservadorismo e aproximação com o marxismo

► Construção do projeto profissional crítico

Ruptura, redemocratização e amadurecimento teórico

A intenção de ruptura ganhou consistência com a mobilização dos trabalhadores, a redemocratização brasileira, a renovação universitária e a organização política da categoria. A aproximação com o marxismo permitiu compreender o Serviço Social como trabalho inserido nas relações contraditórias da sociedade capitalista.

O chamado Congresso da Virada simbolizou a contestação das direções conservadoras e a aproximação da categoria com as lutas democráticas e populares. Nas décadas seguintes, consolidou-se um projeto profissional orientado pela defesa da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, da justiça social e do enfrentamento das diversas formas de opressão.

Esse projeto não constitui um manual de procedimentos nem elimina divergências profissionais. Ele estabelece uma direção social construída coletivamente e expressa na formação acadêmica, na regulamentação, nos princípios éticos e na atuação das entidades representativas da categoria.

REDIMENSIONAMENTO DA PROFISSÃO DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

► Reestruturação do capitalismo e mudanças no trabalho

Precarização e intensificação da exploração

As transformações ocorridas a partir das últimas décadas do século XX modificaram profundamente a produção, o Estado e as relações de trabalho. A automação, a digitalização, a terceirização e a flexibilização das contratações foram acompanhadas pelo crescimento do desemprego, da informalidade e dos vínculos instáveis.

A financeirização ampliou o poder de bancos, fundos e agentes financeiros sobre empresas e governos. A busca por rentabilidade imediata intensificou a redução de custos, a cobrança por produtividade e a transferência dos riscos econômicos aos trabalhadores. Contratos temporários, trabalho por plataformas, múltiplos vínculos e ausência de proteção social tornaram-se mais frequentes.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!